



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MURÇA

28 DE ABRIL DE 2023

PRESIDENTE	António Augusto Ribeiro
1ª SECRETÁRIA	Maria de Lurdes Pereira Gomes
2º SECRETÁRIO	César Lopes de Sousa Lourenço
LOCAL DA REUNIÃO	Auditório dos Paços do Concelho
MEMBROS PRESENTES	22 (última folha da ata)
MEMBROS AUSENTES	00 (última folha da ata)
HORA DE ABERTURA	14:30 Horas
HORA DE ENCERRAMENTO	18:45 Horas

PRESENCAS CÂMARA MUNICIPAL

PRESIDENTE	Mário Artur Correia Lopes
VICE-PRESIDENTE	António Luís Marques
VEREADORA	Vilma Cláudia Ribeiro Pereira
VEREADORA	Ana Paula Rodrigues da Cruz

FALTAS DA CÂMARA MUNICIPAL

VEREADOR	Joaquim Gomes Pinto
-----------------	----------------------------

- O Presidente da Assembleia Municipal, António Augusto Ribeiro, iniciou a sessão, começando por saudar o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Sr. Vice-Presidente, Srs. Vereadores, Deputados, Presidentes de Junta de Freguesia, colaboradores da autarquia e a todo o público presente, agradecendo a presença de todos.

Devido à ausência da 1ª Secretária da Mesa, Cláudia Vilaverde solicitou à deputada Maria de Lurdes Pereira Gomes, para integrar a mesa.

Conforme preceitua a alínea c) do nº 1 do art.º 30 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, declarou abertos os trabalhos desta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Murça, do dia 28 de abril de 2023 e informou que como a sessão é ordinária, conforme art.º 20º, do regimento, vai ter os seguintes períodos:

Período de Antes da Ordem do Dia

Período da Ordem do Dia

Período de Intervenção do Público

Período Antes da Ordem do Dia

“Apreciação da Ata da Sessão Ordinária do dia 27/02/2023”

- O deputado do PS, Rui Ramos, cumprimentou todos os presentes e disse que, relativamente à ata, a sua bancada parlamentar irá votar favoravelmente, uma vez que a mesma está bem elaborada.

Votação:

<i>Votantes</i>	22
<i>Abstenção</i>	03
<i>Contra</i>	00
<i>A Favor</i>	19

Deliberação: aprovada por maioria

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se: “Os deputados do PS, Paula Catarino e Marcolino Santos e o deputado do PSD, Basílio Garcia”.

Declaração de Voto: “Por não terem estado presentes na sessão em apreço”.

_____/____/____

Leitura do Expediente
(Alínea b) do n.º 2 do artº 21º do Regimento)

- **O Presidente da Assembleia Municipal** informou os Srs. deputados, que a correspondência recebida se encontra na sala para ser consultada e fez o resumo do recebimento da mesma:

Liga Portuguesa Contra o Cancro – Núcleo Regional do Norte:

- Remete convite para participar no Webinar “Direitos Sociais da Pessoa com Doença Oncológica: Do ler ao fazer, dia 10/03/2023, pelas 19H30;

ANAM:

- Remete para conhecimento a sessão de esclarecimento sobre as alterações à Lei de Estrangeiros;

EAPN-Rede Europeia Anti-Pobreza / Núcleo Distrital de Vila Real:

- Remete parecer sobre o Plano Mais Habitação – Resposta à Consulta Pública;

ANAM:

- Remete Convocatória + documentos de apoio para a reunião do Conselho Geral da ANAM;

CMM – Divisão da Ação Social:

- Remete convocatória para a reunião do Conselho Municipal de Educação de Murça;

União das Freguesias de Noura e Palheiros:

- Remete convite para a festa da Padroeira, Nossa Senhora da Anunciação, em Noura, dia 25 de março;

ANAM:

- Remete documentos de suporte à ordem de trabalhos do Conselho Geral da ANAM;

Capacitar – Academia de Formação:

- Remete convite para participar no Workshop – A Elaboração do Caderno de Encargos e Convite/Programa de Procedimento;

ANAM/CVEL:

- Remete inquérito para preenchimento;

PS Murça:

- Remete para conhecimento cópia do ofício enviado à Câmara Municipal a solicitar elementos;

ANAM:

- Remete para conhecimento e divulgação uma sessão on-line, agendada para o dia 4 de abril, sobre oposição e reforço do poder local;

ANAM:

- Solicita o envio do número de compromisso, para emissão da fatura da Quota de 2023;

Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo:

- Remete para conhecimento a Tomada de Posição a respeito das quebras de produção referentes ao Olival, Vinha e Amendoal, no Concelho de Torres de Moncorvo;

Associação 2000:

- Remete informação sobre a Meia Maratona do Douro Vinhateiro;

CVEL – Centro de Valorização de Eleitos Locais:

- Remete informação sobre o Regulamento Geral de proteção de Dados;

EAPN-Rede Europeia Anti-Pobreza / Núcleo Distrital de Vila Real:

- Remete informação sobre o Debate “Pobreza Energética”, a realizar dia 2 de maio, em Peso da Régua;

Eduardo Pinheiro:

- Justificação pela ausência à sessão ordinária do dia 28/04/2023;

ATAM:

- Remete informação sobre o papel do Revisor Oficial de Contas (ROC9) no Município e a sua utilidade para os Eleitos Locais;

Pedro Carvalho:

- Justificação pela ausência à sessão ordinária do dia 28/04/2023;

Câmara Municipal de Murça:

- Remete propostas para inclusão na Ordem do Dia da sessão de 28/04/2023;

Vereador do PS, Dr. Joaquim Pinto:

- Remete justificação pela ausência à sessão ordinária do dia 28/04/2023;

EAPN-Rede Europeia Anti-Pobreza / Núcleo Distrital de Vila Real:

- Remete para conhecimento o Relatório e Recomendações do Encontro “Democratizar a participação: (re)pensar a pobreza a partir dos territórios;

Cláudia Vilaverde:

- Justificação pela ausência à sessão ordinária do dia 28/04/2023;

_____/____/____

“Outros Assuntos de Interesse para o Município”

- O deputado do PS, Rui Ramos, pediu a palavra, para em nome da sua Bancada Parlamentar ler uma Proposta, que a seguir se transcreve:

“O Grupo parlamentar do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Murça, aqui representado pelo seu líder – Rui Marcelo Teixeira Ramos, vem por este meio solicitar a sua Excelência, pelo abaixo exposto, que coloque à deliberação desta Assembleia a seguinte proposta: Proposta para a criação do Memorial do Eucalipto de Palheiros: Como é do conhecimento de todos, a árvore monumental de grande porte implantada na berma da E.N. n.º 15, ao Km 151,75 constituiu um marco na paisagem e uma referência visual na memória coletiva durante mais de um século, o Eucalipto de Palheiros, no Largo da Fonte bem à entrada da aldeia, brindou durante várias gerações, todos aqueles que por ali passaram, e viveram. A partir de 1994, e por requerimento da Câmara Municipal de Murça através do processo de classificação KNJ 1/242, passou a ser qualificado como árvore de interesse público conforme preceitua a publicação do diário da República nº 225 de 1994, de 28/09/1994, II série. Mais do que um belíssimo exemplar da espécie Eucalyptus Globulus, com idade estimada de mais de 150 anos, a imponente árvore tornou-se com naturalidade no maior símbolo de toda a Freguesia de Palheiros. A sua simbologia é de tal forma determinante, que na ordenação heráldica do brasão e bandeira da Freguesia, o dito eucalipto ocupa lugar central, em representação da reserva florestal da Serra da Garraia, assim como dá também nome e imagem ao Grupo Cultural e Recreativo do Eucalipto de Palheiros há várias décadas. Foi com enorme tristeza que no passado dia 21 de Abril a população acordou com a notícia de que tinha sido abatido o maior símbolo da sua freguesia. Reiteramos e partilhamos do sentimento da população, que se sentiu desconsiderada pelas entidades envolvidas, por não ter sido feito nenhum aviso prévio, para um acontecimento de tamanha importância. Julgo ser unânime, que a segurança está, e estará sempre em primeiro lugar, e claramente não nos compete a nós definir se a árvore tinha mesmo chegado ou não, ao final do seu ciclo de vida. Como qualquer ser vivo, tudo o que nasce morre... no entanto a identidade e o simbolismo perduram. Pelo exposto, vimos por este meio, propor que seja eternizado este símbolo da Freguesia de Palheiros, estando naturalmente abertos a qualquer sugestão para o mesmo efeito. Não nos parece, no entanto, que faça sentido algum plantar uma nova árvore no mesmo local, até porque a estrada nacional que ali passa mesmo ao lado, apesar de ter sido implantada cerca de 100 anos depois do eucalipto, não tem como ser desviada e a copa das árvores não deve crescer para cima das estradas. Sugerimos por isso, p. ex., a reutilização da base do tronco da árvore original, para que se possa fazer uma escultura a partir da mesma peça, em madeira devidamente tratada, por forma a garantir a sua durabilidade e eternizar a sua identidade e simbolismo”.

Referiu que, embora a proposta tenha sido entregue fora do prazo estabelecido gostariam que a mesma fosse votada, esclarecendo que, embora a proposta esteja um pouco trabalhada, pretendem apenas que a Assembleia Municipal aprove uma forma de eternizar aquele símbolo da Freguesia de Palheiros e que, naturalmente, estão abertos a qualquer sugestão.

- O deputado do PSD, Francisco Rodrigues, cumprimentou todos os presentes e disse que, a questão vai mais longe do que apenas simbolizar. É notório que é um símbolo importantíssimo, para a Freguesia de Palheiros, pelo que é de opinião que não devem votar uma proposta e sim, trabalhar e pensar melhor no modo como, eternizar aquele eucalipto.

- Presidente da União de Freguesias de Noura e Palheiros, Carlos Gomes, cumprimentou todos os presentes e disse que, o problema do eucalipto de Palheiros é um problema que se arrasta há algum tempo e que a ele lhe diz muito. Cresceu a ver ali aquela árvore e depois de construir a sua casa ainda mais, porque até da janela do seu quarto o conseguia ver e confessa que não foi quando a viu abater que o afetou e sim o facto de a ver secar e ao contrário daquilo que algumas pessoas dizem o Presidente da Junta nunca pediu o seu abate. A Junta de Freguesia trocou com o IP três e-mails, nomeadamente em 13/06/2022, 12/11/2022 e a 5/04/2023 a dizer que declinava qualquer responsabilidade sobre qualquer acidente que pudesse ali surgir, mas nunca solicitou o abate daquela árvore e foi o IP e o ICNF que decidiram o que fazer. Disse que, no passado sábado fez questão de afixar, na parede exterior da Igreja, bem como na sala de convívio cópia da correspondência trocada entre a Junta de Freguesia e o IP, porque ao lerem a correspondência perceberiam que, em momento algum, a Junta de Freguesia pediu o abate daquela árvore e há pessoas que passam anos sem virem a Palheiros ou se vêm nem sequer se mostram e cobardemente, refugiam-se no Facebook a dizerem que o Presidente da Junta decidiu tudo sozinho. Sabe, que a Câmara Municipal também tem pareceres, relativamente a este processo e se o Sr. Presidente o permitir o Sr. Vice-Presidente da Câmara dará conhecimento dos mesmos a esta assembleia.

- O deputado do PS, Rui Ramos, pediu a palavra apenas para clarificar que estão todos de acordo e como também está escrito na Proposta, em primeiro lugar, está a segurança das pessoas e da parte do Partido Socialista nunca sequer se colocou em questão, se o Sr. Presidente da Junta alguma vez quis o abate do eucalipto e isso que fique bem claro. O Sr. Presidente da Junta fez este reparo e muito bem, também em defesa da sua honra e da sua responsabilidade perante a comunidade. No entanto, já percebeu que da parte da Bancada Parlamentar do PSD não existe abertura para que a Proposta seja

votada hoje. E se assim não o quiserem fazer, agradece que a mesma seja considerada para a próxima Assembleia Municipal, uma vez que atempadamente, ela será entregue.

- O Presidente da Assembleia Municipal, António Augusto Ribeiro, disse que, todos sabemos que esta árvore tem um enorme simbolismo, para a população de Palheiros. Mas, estando implícitos alguns trabalhos e como não vem descrito qual será a despesa é de opinião que se avalie com maior profundidade o que aqui está em causa, pelo que será encaminhada esta Proposta para a Câmara Municipal a fim de encontrar a melhor forma de a concretizar.

- O deputado do PS, Rui Ramos, esclareceu, que na Proposta apresentada, apenas está a votação a sugestão, para que seja feito o memorial. Saber exatamente quanto se vai gastar, qual a forma de o fazer e onde, naturalmente que não está referido, até porque tem de ser devidamente estudado e avaliado. Insiste, que o que se está a propor para ser votado por esta assembleia, é para que se aprove e muito gostaria que fosse por unanimidade, a intenção de se fazer o memorial, apenas e só.

- O Presidente da Assembleia Municipal, António Augusto Ribeiro, questionou se aceitam que a Proposta seja colocada a votação ou não.

- Presidente da União de Freguesias de Noura e Palheiros, Carlos Gomes, disse que naturalmente, ele é a parte interessada, neste processo, mas é importante perceber o que é que se pretende ali fazer. O eucalipto foi abatido e se se pensar usar um ou dois metros do tronco, então é necessário negociar com o empreiteiro, porque pelo que sabe e de acordo com o negócio feito pelo IP, o eucalipto ficou para o empreiteiro que o abateu.

- O deputado do PS, Rui Ramos, reitera que, a Proposta apenas refere que se pretende fazer o memorial, não diz o quê nem como.

- O deputado do PSD, Francisco Rodrigues, referiu que, obviamente que o Grupo Parlamentar do PSD também quer eternizar e respeitar, acima de tudo, a vontade da população de Palheiros, mas em questão ao “time” fica apertado, para eles votar uma Proposta sem saber muito bem o que é que se está a votar.

- O deputado do PSD, Carlos Silva, cumprimentou todos os presentes e disse que não está contra que se vote esta Proposta, no entanto sugeriu que se fizesse um estudo de viabilidade de forma a

saber o que é que se poderia lá fazer e depois de feito esse estudo, então sim, poder-se-ia pensar nesta situação já com a certeza do valor que se iria gastar e com o efeito que iria ter.

- O deputado do PS, Rui Ramos, insistiu, que o que se pretende votar é apenas a intenção de se estudar uma forma como se fazer o memorial, nada mais. Recordou que, há um ano atrás, o Grupo Parlamentar do PSD entregou nesta assembleia uma Proposta com uma Recomendação, para que fossem arrançadas as luzes do Estádio Municipal, também fora de prazo e o Grupo Parlamentar do PS não só aceitou essa Recomendação como também fez questão de se associar a ela e sinceramente fica perplexo que da Bancada Parlamentar do PSD não exista essa vontade de retribuir esta “gentileza”. No entanto, a decisão de a levar a votação é do Sr. Presidente da mesa e depois em democracia logo se verá se ela é aprovada ou não.

- A deputada do PSD, Sónia Pinto, cumprimentou todos os presentes e disse que, votarem uma intenção que acarreta um compromisso, nomeadamente despesas e uma série de outras consequências, não lhes parece bem até porque e à semelhança de Palheiros também outras freguesias poderão ter esta intenção em querer eternizar algum símbolo. Daí que precisem de refletir e esclarece que, não estão contra este memorial. Apenas é necessário refletir com tudo o que implica este compromisso e não tem nada a ver com simpatia o quererem aceitar ou não.

- O deputado do PSD, Francisco Rodrigues, referiu que, o Grupo Parlamentar do PSD compromete-se a apresentar uma proposta/ideia, na próxima assembleia. Reitera que, este assunto é demasiado importante para a população de Palheiros e também eles estão sensibilizados, mas acham que poderão estar aqui a abrir uma brecha e não querem que os comprometa. Esta é uma questão sensível e deve ser abraçada e trabalhada entre todos e o facto de não votarem não quer dizer que não estão sensibilizados com a população de Palheiros, pelo contrário, estão apenas a ser mais ponderados.

- O Presidente da Assembleia Municipal, António Augusto Ribeiro, disse que, irá ser dado conhecimento desta Proposta à Câmara Municipal e também ao líder parlamentar do PSD, sugerindo que todos reflitam sobre o assunto e na próxima sessão ordinária, já haver bases mais concretas, para nos pronunciarmos sobre o assunto.

- Presidente da União de Freguesias de Noura e Palheiros, Carlos Gomes, sugeriu que se criasse uma comissão de estudo, para ver o que ali ficará melhor e naturalmente, concorda que se eternize

aquele símbolo, para memória futura. Entretanto, solicitou ao Sr. Presidente que permitisse que o Sr. Vice-Presidente mostrasse a esta assembleia os documentos que tem, em seu poder, sobre o assunto do abate do eucalipto, para esclarecer esta assembleia de como decorreu todo este processo.

- O Presidente da Assembleia Municipal, António Augusto Ribeiro, disse que, este assunto será votado na próxima sessão ordinária.

- O deputado do PS, André Lage, cumprimentou todos os presentes e elogiou a iniciativa que a assembleia teve, no passado dia 25 de abril, com a homenagem aos Ex-Presidentes das Assembleias Municipais e que decorreu nesta sala. Foi sem dúvida um 25 de abril que não se limitou a cumprir os serviços mínimos e portanto, fica o seu apreço, para o Sr. Presidente da Assembleia, D. Rosa e uma menção especial ao Eng.º Arménio que também se empenhou bastante, para que essa homenagem tivesse acontecido, bem como a todas as pessoas envolvidas. Referiu que, em 2024 celebramos os 50 anos da revolução dos cravos e desafiou para que todos se envolvessem numas celebrações que devem, forçosamente, ter algum conteúdo e que esteja à altura do acontecimento. Sugeriu que, se constituísse uma comissão que pudesse organizar as celebrações comemorativas do 50º Aniversário do 25 de abril de 1974 e que, naturalmente, o Partido Socialista manifesta total disponibilidade, para colaborar na definição desse Programa que se pretende, sobretudo, que os cidadãos participem e adiram, porque o 25 de abril é, essencialmente, uma festa do povo e é fundamental que ele se envolva, nessas celebrações, porque, ano após ano, elas têm tido sempre o mesmo ritual e a população não se envolve como deveria. Disse que, termina hoje o prazo para apresentação de candidaturas ao Fundo Ambiental (FA) com a designação Condomínio na Aldeia: Programa Integrado de Apoio às Aldeias Localizadas em Territórios de Florestas e questionou se há candidaturas submetidas ou a submeter a este Programa que lhe parece bastante interessante, porque todos sabemos que tudo que está limpo e tratado, nomeadamente em volta das localidades é sem dúvida uma defesa das consequências trágicas que os incêndios provocam. Perguntou se há candidaturas submetidas ou a serem submetidas a este Programa, porque para ser bem-sucedido tem que ter também o envolvimento das populações e dos privados, porque a maioria dos investimentos contemplados por este programa, são feitos em terrenos particulares e o envolvimento da comunidade é fundamental, para que a candidatura seja apresentada e seja bem-sucedida. Questionou ainda o Sr. Presidente da Câmara sobre a rede viária municipal, porque o estado das estradas é um assunto que recorrentemente é debatido na Assembleia Municipal e noutros fóruns. Sabe que, há reparações que requerem recursos financeiros muitíssimo avultados, são intervenções de fundo e portanto, demorarão o seu tempo e terão que ter calendários diferentes, mas sem um

planeamento, um levantamento de todas as necessidades e deficiências da rede viária municipal, seja em termos de pavimentações ou repavimentações, ou mesmo em termos de sinalética, parece-lhes que é um trabalho de base fundamental. Referiu que, o Auditório Municipal está encerrado já há algum tempo e questionou se está a ser alvo de alguma intervenção, se foi detetada alguma anomalia e o que é que se passou com aquele equipamento, para ele estar encerrado e para quando está previsto ser reaberto.

- A deputada do PS, Emília Sousa, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia Municipal e colocou as seguintes questões. Sobre o Programa das Comemorações do Feriado Municipal - 8 de Maio, disse que enquanto Deputada Municipal, recebeu um convite para a inauguração das novas instalações dos Serviços Operacionais, no próximo dia 8 de maio, pelas 10h30 e questionou se vai haver mais algum tipo de atividade, nomeadamente alguma coisa lúdica, a hora do Hastear de Bandeiras, etc. Sobre a Feira Franca questionou se a mesma se irá realizar na mesma altura que em 2022, perceber se o balanço da realização aquando das Festas da Vila foi positivo ou não, ou se está a ser pensado realizar-se noutra altura.

- Presidente da Junta de Freguesia de Candedo, Luís Filipe, cumprimentou todos os presentes e disse que, um jovem da sua freguesia o abordou, recentemente, dizendo que ainda não tinha recebido a compensação por ter estado na mesa de voto e uma vez que, desconhece se existem mais pessoas sem receber ou se existe algum problema e solicitou ao Sr. Presidente que seja verificada essa situação. No seguimento da intervenção do deputado André Lage sobre a rede viária, disse que após as obras de pavimentação, em Candedo ficaram uns buracos junto à Igreja e como já passou algum tempo, questionou se irão fazer ali alguma intervenção, para breve. Assim como, no início do Bairro da Rasa está um buraco por pavimentar há algum tempo e até já houve lá um acidente entre o carro do lixo e um viatura da AdIN, isto porque quem vem de baixo tem tendência em desviar-se, para a esquerda por causa do buraco deparam-se logo com a curva e é muito importante resolver aquela situação o quanto antes, evitando que aconteça ali um acidente grave.

- O deputado do PS, Tiago Meireles, cumprimentou todos os presentes e referiu que, estando à porta mais um verão que promete ser um dos mais quentes dos últimos anos, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara o que é que está a ser feito, para que a população de Murça tenha este verão um espaço de lazer com água, que seja seguro e onde as pessoas se possam banhar e refrescar, uma vez que a construção de uma piscina nova demorará sempre alguns anos, a Praia Fluvial dos Rebelos também não oferece as melhores condições de segurança e as antigas piscinas descobertas

apresentam inúmeras deficiências que levaram ao fecho das mesmas, no Verão passado. Ainda sobre assuntos relacionados com a água, questionou quais os planos da autarquia para reduzir os gastos da água com a manutenção dos jardins, no próximo Verão.

- A deputada do PS, Paula Catarino, cumprimentou todos os presentes e fez uma chamada de atenção, referindo que na zona da Sobreira junto à foz da Ribeira de Milhais foram colocadas lá umas mesas e criado um espaço agradável, mas foi deixado ao abandono e a erva já cobre os bancos, solicitando para que aquele espaço, onde foi gasto dinheiro público, seja limpo para que as pessoas o possam aproveitar.

- O Presidente da Assembleia Municipal, António Augusto Ribeiro, relativamente às atividades levadas a cabo no passado dia 25 de abril, disse que foi com muita alegria que fizeram estas homenagens e embora pretendessem tê-lo feito há mais tempo, porque essa intenção já vinha do mandato anterior, este assunto nunca esteve metido na gaveta e muito gostariam de o ter feito ainda em vida do Sr. Prof. Monteiro, mas a pandemia da COVID-19 impediu que isso acontecesse e infelizmente já não foi possível. Congratula-se pelo facto dos deputados e dos Srs. Vereadores terem aderido e terem estado presentes, nesta cerimónia e também pelo facto de podermos ver as fotografias daqueles que nos precederam, afixadas neste auditório que é onde, habitualmente, se realizam as Assembleias Municipais. Referiu que, em 2024 celebram-se os 50 anos do 25 de abril de 74 e no dia 8 de maio celebramos também 800 anos da entrega do Foral a Murça e é importante assinalar estas datas, sugerindo que sejam criadas comissões para com tempo, preparar estes dois momentos marcantes e únicos nas nossas vidas.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, saudou todos os presentes e respondeu que, efetivamente existe a possibilidade de haver uma candidatura ao Fundo Ambiental, para o Condomínio na Aldeia. A candidatura já foi submetida e procura-se com esta disponibilidade de meios financeiros potenciar ao máximo o que dali resulta como algo de interesse para as nossas populações, acautelando as situações de perigo que têm existido. Relativamente à rede viária municipal, respondeu que é seguramente o problema que desde que chegou à autarquia mais debateu nas reuniões da CIMDOURO, que mais o preocupou nas Reuniões de Câmara e nos fóruns onde esteve. Mas, já antes era um assunto que o preocupava, porque é necessário mobilizar investimento no nosso Concelho, investimento privado e é necessário que um investidor ao chegar cá não veja as estradas em mau estado, porque se assim for não se sente muito motivado, para isso, numa perspetiva de investimento. Na sequência dos incêndios do último Verão conseguimos com a

candidatura apresentada e com um relatório preparado e entregue à Senhora Ministra da Coesão que nos fosse disponibilizada uma verba significativa, para fazer a reparação das estradas danificadas. Contudo, mesmo executando aquela candidatura da DE GAL que nos permitiu um apoio de 923 mil euros a comparticipação é de apenas 50% e para podermos usufruir disto, teremos que recorrer ao financiamento bancário. Quem faz um investimento, em estradas, na ordem dos dois milhões de euros deve refletir, porque embora tenha sido feito um levantamento e o plano não ser complicado, estão a preparar um investimento significativo e que vai muito além do apenas reparar as estradas danificadas pelos incêndios, até porque nessas mesmas estradas há troços que foram danificados diretamente pelos incêndios, mas há outros que não, mas também precisam de ser recuperados e não faz sentido compor apenas parte dessa via, deixando a outra no estado em que está. Referiu que, o prazo que têm para executar esta intervenção termina no fim de 2024, mas acredita que o irão conseguir terminar mais cedo. Necessariamente, irão ter de recorrer a financiamento bancário, para poderem assumir a comparticipação do fundo próprio na possibilidade de rentabilizarem aquele fundo atribuído pela DGAL, do Fundo de Emergência Municipal. Quanto ao alerta deixado pelo Presidente da Junta de Freguesia de Candedo e que resulta das obras com o saneamento, respondeu que têm feito pressão com o empreiteiro e que irão voltar a insistir, para que o problema seja resolvido o mais breve possível. Relativamente ao Auditório Municipal, respondeu que foram detetados diversos problemas e para se apurar o que está verdadeiramente em causa, está em curso a contratação do serviço de engenharia especializado, nessa matéria e que, a breve prazo irão surgir informações mais detalhadas, sobre o que irá ser feito, sobretudo para que a segurança não seja posta em causa. Quanto ao 8 de maio, disse estar surpreendido por os Flayers não estarem já distribuídos, contudo acredita que ainda hoje isso possa acontecer. Quanto à Feira Franca, respondeu que este é um ano especial para a Comunidade Intermunicipal do Douro em que lhe foi atribuído o galardão de Cidade Europeia do Vinho. Num conjunto de iniciativas designadas por iniciativas âncora, todos os municípios podem potenciar iniciativas a levar a cabo e como o vinho é um produto endógeno e transversal a todo o território da CIM, procurou-se trabalhar em rede. Como no fim-de-semana do dia 8 de maio, São João da Pesqueira irá levar a cabo uma atividade que já acontece há vários anos, condicionou-nos a nós. Então, Murça irá ter essa atividade no fim-de-semana de 2 e 3 de junho, um evento com uma identidade muito própria e que irá realizar-se na Praça 5 de Outubro, com a designação de “Branços na Praça”, promovendo os nossos produtos, nomeadamente os nossos vinhos brancos, o Azeite e a Doçaria Conventual, entre outros e procurando aproveitar as mais-valias que resultam de uma candidatura conjunta e de verbas que se estão a tentar alocar a esta iniciativa da Cidade Europeia do Vinho também para Murça. Quanto ao 8 de maio, referiu que iremos ter o encerramento do tradicional Torneio de Futsal e ainda dois momentos lúdicos na 6ª-feira e sábado,

sendo um deles com o cantor Emanuel e depois no Feriado Municipal, dia 8 haverá o Hastear de Bandeiras, a Missa e de seguida teremos a inauguração das novas instalações dos Serviços Operacionais do Município, com a presença da Sra. Secretária de estado do Desenvolvimento Regional, Professora Doutora Isabel Ferreira e a apresentação das obras desenvolvidas no âmbito do PARU, nomeadamente as obras junto ao Estádio Municipal, a Rotunda junto à CGD, a intervenção no Bairro do Pinheirinho, a zona envolvente ao Cemitério e ainda a zona envolvente à antiga Cooperativa dos Olivicultores. Quanto ao alerta deixado pelo Presidente da Junta de Freguesia de Candedo sobre o pagamento das compensações da mesa de voto, disse registar o alerta e disse e que iria encaminhar o assunto, para os serviços respetivos. Quanto às questões colocadas pelo deputado Tiago Meireles, respondeu que fazer investimento numa Piscina que já tem 50 anos e sem condições é complicado, mas não termos nada também o é e, na última reunião de Câmara, foi tomada uma decisão importante de permitir a aquisição de duas parcelas de terreno, significativas, perto do Posto de Abastecimento da GALP, cerca de 6/7 hectares que nos permitirá construir ali um parque de lazer. Acredita que, num futuro próximo se consiga ter um espaço de lazer interessante à entrada da vila. Relativamente à gestão das disponibilidades hídricas respondeu que o plano hidrológico e hidroagrícola está em curso e a ser analisado, mas se chegarmos ao verão e se tivermos de tomar uma medida drástica, relativamente aos jardins, obviamente que será tomada, porque o importante é que nunca falte água para consumo humano. Quanto ao espaço junto à foz da ribeira de Milhais, disse que o Protocolo com as Juntas de Freguesias é no sentido de ser feita a manutenção corrente e com os meios disponíveis, de todos os espaços da freguesia, mas não é fácil, porque a erva é cortada hoje, e uns dias depois, volta a crescer e não se conseguem ter todos os espaços como se gostaria.

- O deputado do PS, André Lage, disse, que o Sr. Presidente referiu a candidatura à rede viária apresentada à Ministra da Coesão que abrange as vias afetadas pelos incêndios florestais, mas há uma parte significativa das nossas vias que não podem ser contempladas, nomeadamente pequenas intervenções e era precisamente a isso que ele se referia quando colocou a questão do levantamento, ou de um plano de intervenção, porque são muitas vezes essas pequenas reparações que podem fazer a diferença e prolongar por mais algum tempo uma intervenção de fundo. Relativamente à Feira Franca, fica perplexo porque, no ano anterior, foi mudado o dia da realização da Feira do 8 de maio, para o período das Festas da Vila e agora é a 2 e 3 de junho e nem retorna ao Feriado Municipal, nem volta a ser no período das Festas da Vila e considera que a estabilidade no calendário de um evento de promoção dos nossos produtos endógenos é muito importante. As novas iniciativas que se possam vir a juntar a esse evento devem funcionar como uma espécie de complementaridade e não substituir ou alterar a data de forma constante. Obviamente, que é preciso coragem para tomar

decisões, que todas as iniciativas que possam ajudar a promover o nosso território e os nossos produtos são muito importantes, mas procurarmos ter uma iniciativa anual estável, porque senão, vai sendo difícil. Quanto à aquisição de terrenos na zona do Prado, perguntou se esses terrenos que o município irá adquirir também servirão para a construção de umas novas piscinas. Sobre as piscinas exteriores existentes disse compreender o dilema do Sr. Presidente, ou seja, é necessário o investimento de raiz e reparar as piscinas com meio século, tem custos e será sempre uma solução a prazo, contudo, supõe que terá que haver alguma coisa intermédia.

- O deputado do PS, Rui Ramos, pediu desculpa por se ter ausentado e disse que estava a sentir-se alterado e como não gosta de se sentir assim achou melhor ausentar-se. Contudo, gostaria que o Sr. Presidente se pronunciasse relativamente à Proposta que apresentou em nome da sua Bancada Parlamentar.

- O Presidente da Junta de Freguesia de Valongo de Milhais, Renato Santos, cumprimentou todos os presentes e referiu que, das obras de saneamento executadas, pela AdIN, em Valongo de Milhais, estão várias inacabadas há bastante tempo e que, por diversas vezes, falou com o empreiteiro, Sr. Luís Albino e com a AdIN, na pessoa do Eng.º João e ambos respondem que vai ser resolvido o mais breve possível, mas já passaram diversos meses e nada. Deu nota que em 21 de fevereiro enviou uma informação ao Sr. Luís Albino e ao Sr. Eng.º João e até agora nada fizeram, pedindo a ajuda da Câmara Municipal, no sentido de pressionar a AdIN e o empreiteiro, para que resolvam aquelas situações o mais breve possível. Até a limpeza/recuperação dos regos do regadio foram danificados ou destruídos aquando da execução da obra e agora, há pessoas com hortas plantadas e a precisar utilizar o regadio e teve que ser a Junta de Freguesia a resolver, pontualmente, algumas situações. Relativamente à estrada que liga a Ribeirinha à Estrada Nacional 15 – Ratiço, disse que a mesma não é a que está em pior estado de conservação do Concelho, mas já está bastante danificada e, recentemente, com a passagem dos camiões carregados de madeira acabaram por danificá-la ainda mais, pedindo ao Senhor Presidente da Câmara que seja efetuada uma análise sobre o estado da mesma e que seja ponderado um possível investimento de melhoramento e recuperação, porque o movimento já é significativo com a passagem das pessoas vindas das freguesias de Jou e Valongo de Milhais, assim como outros de fora do Concelho que vêm pela Estrada Nacional 314 e fazem aquele trajeto na ligação com a Terra Quente e com a A4. Referiu ainda que, existem vários contentores do lixo partidos, outros sem tampa e ainda outros, demasiado tempo, sem serem despejados, nomeadamente o do Parque de Merendas de Valongo de Milhais. No Parque de Merendas de

Serapicos/Garraia não existe nenhum contentor do lixo, pedindo para que seja lá colocado um, evitando que as pessoas deixem o lixo espalhado pelo chão.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, respondeu que, relativamente às pequenas intervenções tem sido essa a prática. Têm gasto 50 a 60 mil euros, por ano, em pequenas manutenções, o que é significativo e foram aguardando, para ver que apoios poderiam surgir e estão surgindo. Chegaram à conclusão que com um pouco mais, gastando por ano e com financiamento apropriado é possível ter uma intervenção completamente diferente. Aquela rua à entrada da vila que vai dar ao Centro de Saúde está a ficar muito degradada e é necessário dar-lhe um jeito, porque as obras vão demorar mais do que seria desejável e é uma necessidade que ali se faça uma intervenção. Quanto à Feira, disse que em 2022 foi impossível fazê-la em maio, devido à COVID-19 e para não se perder o momento da Feira, optou-se realizá-la na altura das Festas da Vila. Este ano, no âmbito da Cidade Europeia do Vinho, vai fazer-se nos dias 2 e 3 de junho. Quanto ao Parque de Lazer do Prado ter ou não piscinas, disse que é vontade sua que exista no Parque de Lazer algo ligado à água, se vai substitui a que existe, não pode garantir que assim seja, aquilo que garante é que vai fazer projetos. Quanto à Proposta apresentada pelo deputado Rui Ramos, disse que é importante que se faça alguma coisa para eternizar aquele símbolo, os deputados já emitiram a sua opinião são sensíveis a isso e que cá estão para o avaliar. Relativamente às preocupações do Senhor Presidente da Junta de Valongo de Milhais, disse que são preocupações que têm de ser resolvidas, mas que resultam da realização de obras que eram necessários, porque apenas metade da aldeia tinha saneamento e agora tem a aldeia toda. Havia fossas sépticas espalhadas por Toubres e Serapicos e agora temos uma estação compacta que trata todos estes afluentes domésticos. Disse que, não estão aqui para ajudar, estão aqui para em conjunto partilhar os meios que estão à disposição, financeiros, técnicos, materiais etc., e, pese embora os constrangimentos que vão acontecendo com a realização dos trabalhos, no que diz respeito ao abastecimento de água é bem diferente o que temos agora, do que tínhamos antes.

Período da Ordem do Dia

1 – Informação do Presidente da Câmara Municipal;
(Alínea c) do nº2 do artº25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro)

2 - Transferência de Competências, no domínio da Saúde, para o Município de Murça;
(nos termos da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto)

3 - Proposta 17/GAP/2023 - União das Freguesias de Noura e Palheiros. Comparticipação em Investimentos;
(Alínea j), do nº 1, do artigo 25º, do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro)

4 - Proposta 22/GAP/2023 - Estratégia Local de Habitação do Município de Murça. Programa 1º Direito;
(ao abrigo do disposto nas alíneas h) e i) do nº 2 do artigo 23º e na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, bem como, de forma conjugada, com o estabelecido pelo artigo 30º do Decreto-Lei nº 37/2018, de 4 de junho na sua atual redação, e ainda, com o nº 1 do artigo 2º da Portaria nº 230/2018, de 17 de agosto)

5 - Relatório do auditor externo sobre a informação financeira do 2º semestre de 2022;
(nos termos do art.º 77, nº 2, alínea d) da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro)

6 - Prestação de Contas do ano 2022.
(ao abrigo da alínea l) do nº 2 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

_____/_____/_____

1 - Informação do Presidente da Câmara Municipal;
(Alínea c) do nº2 do artº25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro)

“Nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal apreciar, em cada uma das sessões ordinárias, uma informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo.

Assim, em cumprimento deste preceito legal, apresenta-se à Assembleia Municipal informação escrita sobre os aspetos que consideramos mais relevantes da atividade municipal desenvolvida no período que decorreu entre o dia 18 de fevereiro e o dia 10 de abril de 2023.

1. Publicação da nova Estrutura Orgânica. Com a publicação no Diário da República, 2.ª série, através do Despacho n.º 3466/2023, de 16 de março,

entrou em vigor o novo regulamento da Organização dos Serviços Municipais, Estrutura, Competências e Organograma do Município de Murça. Com efeitos desde o dia 27 de março, Marcos José da Silva Barroco, com a categoria de Técnico Superior, na área do direito, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, no Município de Chaves, e que reúne os requisitos legalmente previstos para ser nomeado, foi nomeado em regime de substituição, para o exercício do cargo de Dirigente Intermédio de 2º Grau de Administração Geral, no Município de Murça.

2. Inauguração da Casa Museu Soldado Milhões. A Casa Museu Soldado Milhões foi inaugurada no passado dia 10 de Abril, numa cerimónia presidida pelo Presidente da República e Comandante Supremo das Forças Armadas, Marcelo Rebelo de Sousa. A Autarquia de Murça, decidiu, há pouco mais de três anos, executar a ideia de recuperar a antiga casa de Aníbal Augusto Milhais, transformando-a num espaço, que servisse para perpetuar na história deste herói nacional da Primeira Grande Guerra, e também, através da sua vertente cultural e turística, que contribuísse para o crescimento e desenvolvimento local. Uma obra importante, pretendida há muito tempo, que presta o devido reconhecimento ao Herói Milhões e ao que ele representa, a sua humildade e resiliência enquanto homem, e à bravura e valentia de um verdadeiro herói de guerra.

3. Transferência de Competências, no domínio da Ação Social, para o Município de Murça. O processo de descentralização administrativa, desencadeado pela [Lei n.º 50/2018](#), de 16 de agosto, que estabelece o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, foi concretizado, no domínio da ação social, pelo [Decreto-Lei n.º 55/2020](#), de 12 de agosto. O Município de Murça, numa primeira fase, através dos seus órgãos autárquicos prorrogou o exercício das competências previstas até 1 de janeiro de 2023. Surge então o Decreto-Lei n.º 87-B/2022, de 29 de dezembro, que procedeu à segunda alteração ao [Decreto-Lei n.º 55/2020](#), de 12 de agosto, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social. O prazo previsto pôde, então, ser prorrogado até 3 de abril de 2023, pelos municípios que entendessem não reunir as condições necessárias para o exercício das competências previstas no presente decreto-lei, após prévia deliberação dos seus órgãos autárquicos e mediante comunicação à DGAL da intenção de prorrogar tal prazo. Desde o dia 3 de abril de 2023, foram transferidas

para o Município de Murça, no domínio da Ação Social, competências no serviço de atendimento e de acompanhamento social (SAAS) e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI).

4. Transferência de Competências, no domínio da Saúde, para o Município de Murça. A assunção de competências na área da saúde enquadra-se no âmbito da transferência de competências do Estado para as autarquias locais, expressa na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.

O Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da Saúde.

Os municípios e as entidades intermunicipais que não pretendessem a transferência das competências previstas decreto-lei 23/2019, de 30 de janeiro, no ano de 2019 e 2020 podiam comunicar esse facto à Direção-Geral das Autarquias Locais, após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos.

Foi ainda possível a opção pelo não exercício das competências na área da saúde no ano 2021, considerando-se transferidas até 31 de março de 2022.

A partir desta data, a transferência das competências para os órgãos municipais no domínio da saúde, é formalizada através de auto de transferência a assinar pelo Ministério da Saúde, as Administrações Regionais de Saúde e os Municípios, de acordo com o disposto no artigo 20.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro.

Durante este período, decorreram negociações entre o Ministério da Saúde, a Associação Nacional de Municípios Portugueses e os Municípios.

O Ministério da Saúde, a Administração Regional de Saúde do Norte, I.P, e o Município de Murça, por forma a dar cumprimento ao exposto no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, na sua redação atual, aceitaram reciprocamente os termos que constam no Auto de Transferência n.º ARSN_018/2023, com efeitos a 1 de março de 2023.

Entre as competências transferidas estão o planeamento, gestão e realização de investimentos relativos a novas unidades de prestação de cuidados de saúde, nomeadamente na sua construção, equipamento e manutenção. O Município assume, também, a gestão, manutenção e conservação do edificado e do equipamento não médico que lhe esteja afeto e fixo.

Ao abrigo do previsto no Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, passa, também, a ser responsabilidade da Câmara Municipal a gestão de um conjunto de serviços de apoio logístico das unidades funcionais dos Agrupamentos de Centros de Saúde (limpeza, vigilância e segurança, parque automóvel e encargos com eletricidade, gás, água e saneamento, entre outros), bem como dos recursos humanos inseridos na carreira de assistente operacional.

Continuará a cargo da Administração Central a gestão de médicos, enfermeiros, técnicos especializados e assistentes técnicos, bem como equipamentos médicos.

5. Protocolo de Articulação Interna entre o Município de Murça e o ACES Douro Norte I Marão e Douro Norte, no âmbito da transferência de competências na área da saúde. O presente acordo tem por objeto a definição dos procedimentos de articulação interna entre o Município de Murça e Aces Douro I - Marão e Douro Norte, no âmbito da transferência de competências para o Município na área da saúde, nomeadamente nas áreas de: gestão de viaturas, edificado dos Centros de Saúde, serviços de limpeza, serviços de vigilância e segurança, e gestão de pessoal integrado na carreira/categoria de assistente operacional das unidades de saúde adstritas ao Município.

6. Reunião com o Secretário de Estado das Autarquias Locais. Decorreu no dia 23 de fevereiro, em Coimbra, na CCDR-Centro, reunião com o Secretário de Estado das Autarquias Locais, sobre a celebração de contratos de auxílio financeiro para reparação dos danos em infraestruturas e equipamentos municipais provocados pelos incêndios florestais ocorridos no ano de 2022. Ponto de Situação das Obras financiadas pelo Fundo de Emergência Municipal (FEM); Compromisso de conclusão das obras até 31/12/2024.

7. Estudo de Avaliação do Potencial Hídrico e Hidrológico do Concelho de Murça. Foi efetuada uma reunião onde estiveram presentes, a Adega Cooperativa de Murça, a Cooperativa Agrícola dos Olivicultores de Murça, o [Centro Gestão Empresa Agrícola Vale da Porca, e a Associação Florestal do Vale do Douro Norte,](#) em que foram analisadas as expectativas do setor, as suas preocupações, assim como as intenções de desenvolvimento futuro, de modo que o plano considere todas estas contribuições para definir aquilo que será a estratégia de desenvolvimento rural associada ao regadio no concelho de Murça.

8. Rampa Porca de Murça 2023. Decorreu nos dias 18 e 19 de março, mais uma edição da Rampa Porca de Murça, prova que assinalou, este ano, o arranque do Campeonato de Portugal de Montanha, um importante evento para a promoção do Concelho de Murça.

9. Tua Walking Festival. Tendo como ponto de partida a realização de uma caminhada, num dos percursos pedestres homologado, é a forma de promover o turismo sustentável, juntando a paisagem à atividade desportiva, ao património e cultura, à gastronomia e aos vinhos, a toda a economia local. São cinco fins-de-semana de atividades, que acontecem ao longo do ano, um em cada um dos cinco concelhos que integram o Vale do Tua: Alijó, Carrazeda de Ansiães, Mirandela, Murça e Vila Flor. O Tua Walking Festival começou em Vila Flor, nos dias 11 e 12 de março. No fim-de-semana de 29 e 30 de abril, o Festival acontece no município de Murça. O primeiro dia de atividades está ligado à promoção dos produtos locais com maior identidade, azeite, vinho e doces conventuais. No dia 30 acontece a caminhada, numa Pequena Rota homologada, que privilegia o contacto com as comunidades locais.

10. Escola Profissional de Murça consegue aprovação para um Centro Tecnológico Especializado. A Escola Profissional de Murça deu um passo em frente, com a candidatura e respetiva aprovação a um Centro Tecnológico Especializado de Informática. A EPM foi uma das seis escolas da CIM Douro que viu aprovado um dos seis Centros Tecnológicos Especializados, atribuídos para esta Comunidade Intermunicipal, de acordo com a distribuição territorial prevista: total de seis CTE - quatro para escolas públicas e dois para escolas privadas, conforme a seguinte ordenação: dois Industriais; três de Informática e um de Energias Renováveis.

A candidatura da Escola Profissional de Murça ao Centro Tecnológico de Informática obedeceu a quatro critérios de seleção: Experiência e Desempenho do Estabelecimento de Ensino; Contexto Territorial; Sustentabilidade da Oferta Formativa Proposta e Projeto de Investimento, por sua vez divididos em vários subcritérios.

Trata-se de um investimento para a Escola Profissional de Murça e para a nossa região de cerca de um milhão de euros que permitirá a modernização e reabilitação das instalações e infraestruturas já existentes, assim como a aquisição de recursos educativos tecnológicos de elevada qualidade que irão melhorar a capacidade técnica e pedagógica da nossa escola profissional, fortalecendo por um lado a qualidade da oferta formativa,

por outro lado a capacidade de respostas educativas e formativas, de forma a promover a igualdade de oportunidades, assim como uma maior equidade no acesso aos recursos disponíveis, contribuindo para a redução das desigualdades quer socioeconómicas quer geográficas.

A aprovação de um CTE de Informática na Escola Profissional de Murça aumenta a capacidade de resposta do sistema educativo e formativo, no combate às desigualdades quer sociais quer de género e no aumento da resiliência no emprego, principalmente dos jovens com baixas qualificações, reforçando as medidas para o desenvolvimento de um sistema sólido de ensino e formação profissional, contribuindo para o aumentando das qualificações de nível 4: Técnico/a de Contabilidade; Técnico/a de Informática de Gestão; Técnico/a de Gestão de Equipamentos Informáticos; Técnico/a de Sistemas de Informação Geográfica.

11. 1º Encontro Interdistrital de Futsal para Crianças, "Petizes e Traquinas". Esteve evento decorreu em simultâneo nos Pavilhões Municipais de Murça e de Macedo de Cavaleiros. Este evento promovido pela Associação de Futsal de Bragança e pela Associação de Futebol de Vila Real em parceria com o Murça Sport Clube e o Grupo Desportivo Macedense teve como principal objetivo promover o gosto pela modalidade e essencialmente, criar hábitos saudáveis numa faixa de idade tão importante para o desenvolvimento motor das crianças.

12. 66.º Encontro de Futebol para crianças, "Petizes e Traquinas". Realizou-se no Estádio Municipal e contou com a organização do Murça Sport Clube e teve o apoio do Município. Murça Sport Clube, Valpacinhos, AC Alijoense, FC Lordelo e AAUDC Sabrosa, foram as coletividades presentes nesta importante jornada de promoção do desporto junto dos mais pequenos.

13. "Dia dos Afetos" celebrado na Biblioteca com a Hora do Conto. A Biblioteca Municipal de Murça assinalou o "Dia dos afetos", no mês de fevereiro, com a realização de mais uma Hora do Conto. Esta atividade destinou-se aos jardins-de-infância, para a qual foi escolhida a obra de Eoin McLaughlin intitulado "Um Abraço". Um conto de duas personagens, que nos envolve com um simples gesto, só o Ouriço e a Tartaruga que nos podem ensinar que nunca estamos sozinhos no mundo! Para os meninos do primeiro ciclo o conto selecionado foi "Adivinha quanto eu gosto de ti", de Sam Mcbratney, onde uma Pequena e outra Grande Lebre Castanhas descobrem como o amor não é coisa fácil de medir! E como os nossos sentimentos podem ser grandes. Um livro recomendado pelo Plano Nacional de Leitura.

14. Campo de Férias da Páscoa 2023. O Município de Murça promoveu um programa de atividades desportivas e lúdico-pedagógicas nas férias escolares da Páscoa, para crianças de todo o concelho, com idades entre os 6 e os 12 anos.

15. Junto à Terra - Projeto em parceria com o Parque Natural Regional do Vale do Tua. Realizou-se em Murça a edição do Junto à terra 2023, depois de 3 anos de interregno devido à pandemia covid-19. O Junto à terra é um projeto de educação para a sustentabilidade, dirigido aos alunos, que foca essencialmente a biodiversidade. É um processo que procura criar nos jovens uma abordagem de sustentabilidade feita de atitudes, de mudança de comportamentos e uma revalorização do território por força do contributo do património natural e dos serviços dos ecossistemas para a economia local e comunidade. O Município de Murça e o Agrupamento de Escolas de Murça associaram-se ao Parque Natural Regional do Vale do Tua e demais parceiros no desenvolvimento deste projeto educativo que ao longo do presente ano letivo está a trabalhar a temática da sustentabilidade e da biodiversidade com os alunos do 8.º ano de escolaridade, assim sendo dia 22 de março realizou-se um conjunto de oficinas técnicas que abordaram, entre outras, a avifauna do vale do Tua, a biodiversidade dos rios, alterações climáticas, florestas, transição energética e habitats. A área de lazer e recreio de Murça, sob a gestão e com o apoio da Junta de Freguesia de Murça foi palco dos workshops trabalhados pelos diferentes promotores convidados. O trabalho da sustentabilidade e da biodiversidade são essenciais para a promoção de uma cidadania ativa que se pretende incrementar nos planos educativos e na estratégia municipal de promoção de um desenvolvimento articulado e sustentável.

16. Locais de interesse arqueológico no Concelho de Murça. No âmbito do projeto de investigação " Territórios Sem Fronteiras" (programa de I&D com intervenção física em sítios arqueológicos adequados para a valorização do património cultural paisagístico, promovido pelo consorcio da Octopetala, Universidade do Porto, Universidade de Vigo e o Município de Murça) foram iniciados trabalhos preliminares nomeadamente o estudo e visita a locais de interesse arqueológico no concelho de Murça e uma pré limpeza florestal ao Castro Romanos dos Mouros de Cadaval. Para além do Castro de Palheiros, estão a ser monitorizados as mamoads de Jou, a necrópole megalítica das madorras, o castro romano dos mouros de cadaval, as sepulturas

paleocristãs de Fiolhoso e ainda o acompanhamento da prospeção de gravuras rupestres na Serra da Garraia”.

- A deputada do PS, Emília Sousa, referiu o ponto 3 da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara, relativamente à Transferência de Competências, realizadas no dia 3 de abril de 2023, no domínio da Ação Social e preocupa-os saber que, desde essa altura que o município adquiriu competências para o serviço de atendimento e do acompanhamento social e para o acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção e a única técnica da Ação Social, do quadro, está há alguns meses em mobilidade, para outro município, desconhecem se voltará ou não e isso é preocupante. Há bastante tempo se fala que está agendada a Transferência de Competências e não se cuidou em se ter criado um grupo coeso, para a Ação Social. Temos pessoas que são prestadoras de serviços a tratar destas áreas tão delicadas, quando na sua opinião deveriam ser técnicos do Mapa de Pessoal do Município a fazerem este acompanhamento. Há que dotar o Município de técnicos especializados, porque cada vez mais temos mais competências e é importante haver mais pessoas, na área da Ação Social.

- A deputada do PS, Paula Catarino, referiu o ponto 9 da Informação Escrita e deu os parabéns à organização do evento que se realiza este fim-de-semana, pois o programa é bastante interessante. Lamenta, no entanto, que Murça não siga a linha dos outros 4 municípios envolvidos no que se refere ao local da caminhada, que na sua humilde opinião, deveria ser um dos trilhos do Parque do Vale do Tua, que se situam na Freguesia de Candedo, de forma a levar movimento às aldeias, para que as suas gentes se sintam de igual forma envolvidas e não centralizar todo o evento na Vila de Murça. Mais referiu que, o percurso que será efetuado do domingo nem sequer consta como trilho do Parque Natura do Vale do Tua. Espera que Murça cumpra bem o seu papel de anfitrião e saiba receber tão bem ou melhor, como foram recebidos e acolhidos em Vila Flor, município onde foi feito o arranque do Festival.

- O Presidente da Junta de Freguesia de Valongo de Milhais, Renato Santos, abordou o ponto 2 da Informação Escrita e deu os sinceros parabéns e agradeceu ao Executivo da Câmara Municipal, aos Técnicos da Câmara Municipal e à família do Soldado Milhões pela participação e cedência do espaço e ainda a todos os envolvidos neste processo de recuperação e construção do espaço da antiga casa de habitação de Aníbal Augusto Milhais, transformando-a num espaço Museu, que irá perpetuar a memória do Soldado Herói Milhões e que, felizmente, hoje, é uma realidade. Há muitos anos que era falado e desejado por muitos e talvez até prometido, mas só agora é que foi feita, uma

obra importante, que presta o devido reconhecimento ao Herói Milhões e ao que ele representa. A construção daquele espaço e posteriormente a transformação em Museu é sem dúvida um cartão-de-visita da Freguesia de Valongo de Milhais e também do Concelho de Murça. Esperam, com isto, poder atrair pessoas na área do turismo, às nossas aldeias e a todo o Concelho. O Concelho de Murça tem vários e belos espaços, para serem visitados e este é mais um que, com certeza, irá poder ser visitado, contado com todos, na partilha, divulgação e visita deste magnífico local.

- O deputado do PSD, Carlos Silva, referiu o ponto 2 da Informação Escrita e conforme referido pelo Presidente da Junta de Freguesia de Valongo de Milhais, disse que também ele se congratula pela recuperação e construção daquele espaço, embora ache que não se está a dar a importância que merece, na medida em que aquele espaço deveria estar aberto permanentemente, nomeadamente ao fim-de-semana e isso não está a acontecer. Acredita que, no Verão até podem ter quem visite durante a semana, mas ao ser necessário agendar a visita, previamente, no Posto de Turismo ou com a Junta de Freguesia, acredita que não é funcional e condiciona muito as visitas àquele local. Reconhece que há custos, mas depois de um gasto elevado e de um sacrifício tão grande, para fazer aquele Museu, acha que bem merecia estar aberto, diariamente e principalmente aos fins-de-semana e estar lá alguém, para os receber. Relativamente ao Ponto 7 – Estudo de Avaliação do Potencial Hídrico e Hidrológico do Concelho de Murça, referiu que foram efetuadas reuniões com diversas entidades e muito bem e questionou o Senhor Presidente se os Presidentes de Junta também estiveram presentes. Em seu entender, eles deveriam ter estado presentes, para avaliarem e darem sugestões sobre este ou aquele pormenor, porque, certamente, isto irá realizar-se no território das Juntas de Freguesia.

- O deputado do PS, Rui Ramos, disse que, iria abordar os pontos 6 e 7 da Informação Escrita. Relativamente ao ponto 6 – Reunião com o Secretário de Estado das Autarquias Locais, referente ao ponto de situação do Fundo de Emergência Municipal; Compromisso de conclusão das obras até 31/12/2024 solicitou que o Senhor Presidente lhes falasse alguma coisa, relativamente a este assunto. Quanto ao ponto 7 – Estudo de Avaliação do Potencial Hídrico e Hidrológica, perguntou ao Senhor Presidente como é possível fazer-se uma reunião relativa ao estudo de avaliação do potencial hídrico e hidrológico do concelho para avaliar as expectativas do setor, as suas preocupações e para se definir uma estratégia de desenvolvimento associado ao regadio, em que não estejam presentes os Presidentes de Junta? Se entende de certa forma que não se queira fazer de uma reunião uma assembleia, não entende por outro lado por que razão é que foi convidado a estar presente o Centro de Gestão Empresa Agrícola do Vale da Porca, e não foram convidadas outras associações do concelho como a Associação de Agricultores do Vale do Tua ou a Apitad, por exemplo? Pergunta-se

como é possível fazer-se uma reunião de um assunto que é de tal forma importante e estruturante, para o nosso Concelho, em que não sejam pelo menos convidadas todas as forças políticas representadas, nesta assembleia. O Senhor Presidente deve ter consciência com toda a certeza que houve mais de 1000 pessoas em Murça que votaram no Partido Socialista e não lhe parece correto fazerem este tipo de reunião e não estar representado nem um Presidente de Junta, nem um Vereador, nem nenhum representante da Assembleia Municipal do Partido Socialista. Não lhe parece que faria sentido também trazer à mesa para este debate, também, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Murça. Já consideraram a possibilidade de enquadrar redes armadas de incêndios, integradas nas zonas de regadio que poderão vir a ser criadas? Ou definir estrategicamente junto também com esta mesma entidade o local, ou os locais em que se possam criar pontos de abastecimento para os carros de combate aos incêndios? Parece-lhe que faz sentido que uma entidade que gere diretamente mais de 1000 hectares de Serra no nosso Concelho, como é o caso da Comunidade Local dos Baldios da Freguesia de Palheiros não seja tida nem achada, nesta matéria? Honestamente acha que este assunto é importante demais para que se deixe passar sem se aprofundar ao máximo todas as possibilidades com o intuito de extrair todo o potencial possível. Haja consciência que das 1.256 empresas existentes no Concelho 814, estão diretamente ligadas ao setor da agricultura e semelhantes, e que garantidamente no futuro vão depender em grande parte da utilização destes recursos. Posso garantir Senhor Presidente que a hidráulica é um tema bastante complexo, no entanto tem uma enorme vantagem... tudo é mesurável. Se formos abrangentes e rigorosos no levantamento das necessidades, no dimensionamento, e na elaboração do projeto final pouco ou quase nada fica ao acaso, o que se vai refletir posteriormente numa maior eficácia. É sua opinião, que a divergência de opiniões apenas enriquece o debate e as respetivas conclusões. É também sua sugestão que numa próxima oportunidade, se faça um debate mais alargado com as várias entidades de maior representatividade no Concelho, para que se consiga uma maior abrangência e consensualidade que, garantidamente, vão acrescentar muito mais valor ao resultado final.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, aludiu que, finalmente, está-se a estudar o potencial hídrico e hidrológico do Concelho e é tudo menos gestão corrente. É interessante que haja esta preocupação e que seja colocada nestes termos, mas ele foi eleito para tomar decisões e garante que quando decidiu mandar fazer este estudo, não andou a perguntar a este ou aquele se o deveria ou não fazer. Decidiu e pronto. Agora, se o deputado Rui Ramos acha que tomar esta iniciativa é não respeitar as pessoas que mencionou, está completamente enganado. Houve um primeiro contacto com o técnico e entendeu-se que seria útil que alguém da Adega Cooperativa, da Cooperativa dos

Olivicultores e do Centro de Gestão estivessem presentes e mais à frente irá haver a possibilidade de discutir o assunto, todavia acredita que, por muitas opiniões que haja, o que irá valer será a opinião técnica fortemente sustentada, porque esta é uma matéria muito complicada. Agora, ninguém está posto de lado em nenhum processo, pelo contrário. Houve um primeiro contacto técnico e entendeu-se convidar duas ou três associações a estarem presentes, para tomarem conhecimento que este trabalho está a ser feito e foi apenas uma pequena abordagem das possibilidades que existem. Quanto à reunião com o Secretário de Estado das Autarquias Locais, esclareceu que no âmbito dos incêndios fizeram a apresentação do relatório e celebraram três Protocolos e ainda a possibilidade de fazer uma Candidatura que nos permita receber uma verba como alavanca do turismo no Concelho, daí os valores disponíveis que ultrapassam os dois milhões e meio de euros, nestas quatro iniciativas: Protocolo com a APA; Protocolo com o ICNF e aquele apoio que vem da DGAL para as infraestruturas públicas. Referiu que, aquela reunião que tiveram com o Secretário de Estado, em Coimbra foi para perceber como estava o desenvolvimento destes projetos, porque há Municípios que já receberam 50% e foi-lhes dito que, como o apoio de Murça é significativo demora um pouco mais. Agradeceu as palavras do Presidente da Junta de Valongo de Milhais e disse que, o importante é que aquele espaço esteja aberto quando as pessoas lá quiserem ir. Quanto à iniciativa referida pela deputada Paula Catarino, respondeu que é necessário olhar para os percursos pedestres de todo o Concelho de forma complementar e sucessiva. Já aconteceu nos Trilhos de Sobreira e Porrais, agora acontece em Murça e no futuro irá voltar a acontecer em Porrais. O Parque toma estas iniciativas e o que nós queremos é visitantes que venham do mundo inteiro e não podemos impedir que, por ventura americanos que adoram este tipo de percursos, não entendam o que aqui está em causa. Sabe que esta iniciativa esgotou todas as inscrições, são mais de duzentos participantes, vai decorrer durante este fim-de-semana e quem puder apareça e aproveite o momento, que acredita vai ser um evento fantástico. Sobre a transferência de Competências da Ação Social disse que, em dezembro de 2022, os autarcas Social-democratas enviaram-lhe uma proposta daquilo que iria ser setorial para a ação social. Porque Murça tinha previsto nesta descentralização de competências uma verba de apenas 25 mil euros e esta verba cresceu 423%, depois dos acordos e durante o mês de janeiro/fevereiro chegaram à conclusão que o valor que iria chegar, para cumprirem essas prerrogativas na área social, uma competência que não podiam evitar que ela fosse transferida, passou para 136 mil euros. No meio destas dúvidas, não íamos fazer procedimentos concursais, sem certezas daquilo que poderia ser o conjunto do pacote financeiro disponível e esta não tem que ser uma desculpa, é uma razão mais do que suficiente para que isto esteja, conforme está. Porque relativamente à técnica que entretanto pediu mobilidade condiciona-nos bastante, porque o regresso dela pode criar-lhes a possibilidade de não terem para já, de promover essa abertura de concurso. O

que está a acontecer é terem técnicos capacitados de forma suficiente, segundo aquilo que está sendo tratado com a Segurança Social, para poderem cumprir com este desígnio. Disse que, este aumento de 423% das verbas aconteceu apenas em Murça, uma vez que nos outros Concelhos esta questão não se colocava de igual forma, porque não havia nenhuma parceria com nenhuma IPSS.

- O deputado do PS, Rui Ramos, considera que é de extrema importância e estruturante este estudo hidrológico. É por o considerar de tal forma estruturante que lhe parece que não faz muito sentido a forma como foi feito. Compreende quando o Senhor Presidente disse que percebe pouco disto e que facilmente o enganavam, mas a ele não o enganam porque percebe um pouco deste assunto e acredita que como ele, outros também possam perceber e é por isso mesmo que tem esta preocupação. Existem várias soluções que podem ser integradas e poderão não estar a ser equacionadas, porque não existe conhecimento para elas. É preciso ter conhecimento do território, bom dimensionamento em termos de áreas, pessoas e entidades que possam querer aderir e tudo isto tem uma envolvimento enorme, insistindo que, nesta matéria, deve ser feito um planeamento abrangente, nomeadamente nesta fase inicial. Quando se entrar na especialidade, então sim são questões técnicas e será a empresa contratada, para o efeito a estar mais qualificada para fazer esse serviço.

- A deputada do PS, Emília Sousa, agradeceu as explicações que lhe foram dadas e aproveitou para questionar qual o número de pessoas que, neste momento, estão afetadas a esta transferência de competências na área social e se alguma dessas pessoas tem vínculo de emprego público ou se foi tudo feito com recurso a prestações de serviços.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, respondeu ao deputado Rui Ramos que é apenas um plano e que ainda está longe de ser um estudo prévio, quanto mais um projeto e infelizmente muito longe da execução de tal obra. Toda esta documentação está numa divisão que acompanha os processos, que é a DPGU e toda a gente há-de ter oportunidade de colocar as questões que quiserem. Nada se resume à decisão política. Quanto à questão colocada pela deputada Emília Sousa respondeu que têm três técnicos avançados, com formação específica nesta matéria, na área social, preparados, com formação e capacitação e ainda uma técnica administrativa. São quatro pessoas que vão desenvolver as competências que esta transferência de competências na área social exige e vai funcionar nas ex-instalações da Junta de Freguesia de Murça. Quanto à estabilidade profissional das pessoas, é outra problemática que estão a tentar minimizar conforme lhes é possível.

Ausentou-se da sessão o deputado do PS, Tiago Meireles

2 – Transferência de Competências, no domínio da Saúde, para o Município de Murça;
(nos termos da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto)

- A deputada do PS, Emília Sousa, questionou se já foi assinado o Protocolo de Articulação Interna com o ACES e em caso positivo disse que, uma das competências que ficará adstrito ao Município é o serviço de limpeza e de vigilância, nesse sentido questionou se já foram assinados os Protocolos e ainda o porquê da dispensa dos serviços de limpeza e de vigilância que já ocorreu no Centro de Saúde de Murça.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, confirmou a assinatura do Protocolo com o ACES, para gerir todas as competências que lhes foram transferidas e estão a fazer precisamente aquilo que o ACES lhes traça como orientação. A higienização e segurança resultou do período de COVID. Nessa altura, justificou-se adquirirem esses serviços e, neste momento, é entendimento do ACES que esse serviço não necessita de ser feito com recurso a entidades externas, até porque era uma competência que nós não podíamos manter no âmbito daquilo que a contratação pública determina. Sempre que seja preciso contratar um serviço tem de ser o Município a fazê-lo e não podíamos aceitar os contratos que a ARS tinha. Entretanto, foi-nos dito que os Assistentes Operacionais afetos ao Centro de Saúde, podem e devem cumprir essa matéria e é isso que está a acontecer.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento

3 – Proposta 17/GAP/2023 – União das Freguesias de Noura e Palheiros. Comparticipação em Investimentos;
(Alínea j), do nº 1, do artigo 25º, do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro)

- O deputado do PS, Rui Ramos, disse que o seu grupo parlamentar irá votar favoravelmente este ponto, porque qualquer investimento que seja feito nas freguesias e de acordo com os Presidentes de Junta merece-lhes sempre a melhor atenção.

Votação:
Votantes 21

Abstenção	00
Contra	00
A Favor	21

Deliberação: aprovado por unanimidade

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se:

Declaração de Voto:

4 - Proposta 22/GAP/2023 - Estratégia Local de Habitação do Município de Murça. Programa 1º Direito;

(ao abrigo do disposto nas alíneas h) e i) do nº 2 do artigo 23º e na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, bem como, de forma conjugada, com o estabelecido pelo artigo 30º do Decreto-Lei nº 37/2018, de 4 de junho na sua atual redação, e ainda, com o nº 1 do artigo 2º da Portaria nº 230/2018, de 17 de agosto)

O deputado do PS, Rui Ramos, pediu a palavra para referir o seguinte:

“Relativamente a esta matéria apraz-nos registar com agrado a elaboração do plano de estratégia local de habitação, para o Município de Murça. Como todos sabemos a estratégia local de habitação permite o acesso ao programa 1º direito que é um programa de apoio Público à promoção de soluções habitacionais para pessoas que careçam de condições para ter uma habitação digna. Devo ressaltar que o documento em questão está muito bem elaborado, no entanto peca bastante por tardio... Ao lermos atentamente o documento em questão, podemos claramente fazer uma radiografia ao nosso município, não só em termos habitacionais, mas também em vários outros aspetos inerentes às dinâmicas envolvidas do nosso concelho. Infelizmente quanto mais aprofundamos esta questão mais alarmado fico, pois, o resultado desta análise é na minha opinião... catastrófico... vou apenas chamar a atenção para alguns dos dados evidenciados: população residente em 1991 - 7371 pessoas população residente em 2021 - 5245 pessoas Já entre 2011 e 2021, a variação populacional é de 11,9 pontos percentuais negativos. Ou seja, continuamos a perder 1,2% da nossa população todos os anos. A densidade populacional em Murça é de 27,7 pessoas por Km2, na restante região do Douro é de 45,7 pessoas por km2, na região norte a densidade populacional é de 168,2 pessoas por km2 e no restante território nacional é de 112, 2 m2. Podemos concluir por aqui que a densidade populacional em Murça é cerca de 1/4 da densidade populacional relativamente ao restante território nacional. A taxa bruta de natalidade registada é de 5,2 por 1000 em contraponto com a taxa bruta de mortalidade que é de 20,8 por 1000, o que resulta num aumento de 12% na

taxa de envelhecimento relativamente a 2011. Podemos verificar também que cerca de 34% da nossa população tem mais de 65 anos e apenas 15% têm menos de 24 anos. Fazendo uma análise à evolução desde 2011 em todas as faixas etárias se denota um aumento do envelhecimento da população, ou seja temos menos gente jovem, e mais gente envelhecida. Em termos de dinâmica económica verifica-se que entre os anos de 2008 e 2014, o Concelho registou uma recuperação que resultou num acréscimo do nº de empresas, passando de 900 para mais de 1200, com uma tendência de descida a partir de 2018 até 2020, no entanto é de registar um aumento significativo de cerca de mais 280 empresas a laborar no Concelho, o que resulta também num ligeiro aumento do volume de negócios empresariais. Neste documento, podemos e devemos também analisar o perfil do nosso tecido empresarial. Num total de 1256 empresas 1244 são microempresas, 12 são pequenas empresas, registando-se um resultado nulo, ou seja... zero, no que diz respeito tanto a médias, como a grandes empresas. Em termos de tipologia existe uma enorme disparidade de empresas que trabalham no setor da agricultura e semelhantes. Das 1256 empresas existentes no Concelho, 2/3 aproximadamente, estão inseridas neste setor. Já quando atentamos ao rendimento médio anual em Murça, percebemos que estamos cerca de 300 EUR/mês em média, abaixo, quando comparados com o restante território nacional, o que resulta naturalmente num baixíssimo poder de compra... cerca de 34% abaixo quando comparado com as restantes regiões do país. No que diz respeito aos indicadores de pensões sociais a fotografia é muito preocupante... dos 5605 habitantes considerados em 2020, cerca de 39% da população é beneficiária de pensões sociais. Estamos a falar de 2199 pessoas, das quais 121 resultam de pensões de invalidez, 1489 resultam de pensões de velhice, e 589 de pensões de sobrevivência. Em termos de RSI a média nacional é de 29 beneficiários por cada 1000 pessoas, pois em murça é de 80 beneficiários por cada 1000 pessoas, quase o triplo da média nacional. Falando concretamente do contexto habitacional verificamos um ligeiro aumento no número de edifícios durante os últimos 10 anos, e podemos aferir também que a idade média dos mesmos está ligeiramente abaixo da restante média nacional. O mesmo se verifica no respeitante à necessidade de reparação do edificado, em que a taxa média nacional é de 27% sendo que a nossa é idêntica à da restante região do Douro, de 34% aproximadamente. Acompanhamos também a restante região do Douro no que diz respeito à taxa de residências secundárias, que é de 32%, ligeiramente acima da média nacional. Sem dúvida que o fator mais preocupante verificado é relativamente às situações de condição habitacional indigna, no qual contamos com 203 agregados familiares e um total de 442 pessoas envolvidas. Naturalmente solicitamos a maior atenção do executivo em primeiro lugar relativamente às 16 situações de precariedade identificadas, que não me parecem assim tão poucas como aqui foi referido pelo Sr. Vice-presidente na última reunião, mas também às 178 situações de insalubridade e insegurança, às 6 situações de sobrelotação e às 3 situações de inadequação. Após esta análise julgo que a conclusão é clara, sofremos sem dúvida nenhuma do mesmo mal que todos os restantes concelhos do interior do nosso país. O problema da desertificação e envelhecimento da nossa população tem de ser o assunto número 1 para todos nós. Não coloco em questão a vossa vontade de resolver este problema, no entanto na minha opinião, não têm feito o suficiente para inverter esta tendência. ...Mais, não se vislumbram ideias ou estratégias que possam vir a fazer face a este

problema. Esta temática tem de ser abordada de uma forma agressiva, estruturada e determinante. Temos de tirar o elefante que está aqui no meio da sala, que todos vemos..., mas que ninguém quer ver... Esta é uma situação de preto, ou branco... não há cinzento. Se o objetivo é a fixação das pessoas, é necessário criar dinâmicas para que isso possa acontecer, tanto em termos sociais como em termos económicos... e aqui a Câmara Municipal pode fazer a diferença... se para isso, o seu executivo tiver capacidade. É necessário coragem e imaginação para se fazer um planeamento estruturante e abrangente, a médio e a longo prazo, que seja transversal, e inerente às várias forças políticas. O que não podemos certamente, é continuar a fazer o mesmo... e esperar um resultado diferente."

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, estranha que o deputado Rui Ramos não viva permanentemente em Murça e nem invista em Murça de forma a minimizar esses números. Porque, comparar os números de forma estatística e de completa retórica, independentemente da veracidade dos mesmos, não é nada interessante. Hoje, discutiram-se aqui ações bastante estruturantes e claramente, não são mera gestão corrente. Lamenta que, esta decisão da Estratégia Local de Habitação tivesse estado estacionada, desde novembro, num gabinete do IRU e chegou mais tarde do que o desejado. Acrescentou que, temos um documento como nunca tivemos. Uma estratégia local de habitação, com muitos elogios da sua parte e isso é que é confortável, porque como disse na sua intervenção, estamos a fazer aquilo que é decisivo e importante. As situações mais complicadas, têm vindo a resolvê-las conforme lhes é possível. Temos um plano importante e decisivo para o futuro do bem-estar e do que é considerado o 1º direito, muito falado e discutido a nível nacional e a nível da estratégia do atual governo, para a habitação.

- O deputado do PS, Rui Ramos, esclareceu que, nasceu no Porto, fez a escola primária em Vila Real e os Verões eram passados em Palheiros-Murça, sempre que possível. Entretanto, foi estudar para Lisboa voltou para Vila Real e jogou futebol, em Murça e em Palheiros, ou seja, esta experiência vivida pode não determinar muito bem de onde é, mas sempre que lhe perguntavam ele respondia que era de Palheiros e isso é muito claro e acrescentou que a sua casa é sita no Largo Principal, em Palheiros – Murça. Agora, se vive lá permanentemente ou não, isso só a ele diz respeito. Relativamente ao documento em si, disse que o mesmo permite-lhes ter dados para tomar decisões que em seu entender, são bastante importantes. O documento está na verdade muito bem feito, mas não se pode fazer o mesmo e esperar um resultado diferente, porque, obviamente, não irá funcionar com este executivo, como não funcionou com os executivos dos últimos 30/40 anos e é necessário fazer algo diferente. Como referiu, a Câmara irá adquirir seis ou sete hectares, para construir o Parque do Prado e se calhar todos gostaríamos de ter um espaço de lazer com piscinas, mas nada

importa, se não houver pessoas. Porventura, fazia mais sentido se numa parte desses terrenos loteasse e oferecesse a casais jovens, porque Murça está relativamente perto de Mirandela e de Vila Real e é urgente fazer alguma coisa.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, reitera que, estas são as emoções daquilo que aqui é dito, mas o certo é que não estão a fazer mais do mesmo. Analisar o documento foi para si uma surpresa completa, reconhece que está extremamente bem feito. Porém, contradiz-se permanentemente. Existe muita habitação em Murça e não faz sentido construir mais quando não ocupamos aquilo que existe. Devemos conservar e preservar aquilo que existe, em vez de construir de novo, porque depois é necessário estruturar e a seguir vamos gastar em infraestruturas e não aproveitamos aquelas que existem. Contudo, não podem ser elogios permanentes e depois dizer que estamos a fazer mais do mesmo.

Votação:	
<i>Votantes</i>	21
<i>Abstenção</i>	00
<i>Contra</i>	00
<i>A Favor</i>	21

Deliberação:

Votaram a favor: aprovado por unanimidade

Votaram contra:

Abstiveram-se:

Declaração de Voto:

5 – Relatório do auditor externo sobre a informação financeira do 2º semestre de 2022;
(nos termos do art.º 77, nº 2, alínea d) da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro)

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e apreciou o documento

Ausentou-se da sessão o deputado do PSD, Carlos Silva

6 – Prestação de Contas do ano 2022.

(ao abrigo da alínea l) do nº 2 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

- A deputada do PS, Paula Catarino, solicitou a palavra para referiu o seguinte:

“Dar os parabéns ao Dr. Mário Sampaio e a todos os funcionários do município envolvidos na preparação dos documentos aqui apresentados, este ano de forma diferente e muito mais completa.

Lamento o facto dos quadros e tabelas serem de difícil leitura quando impressos, não sei se é possível ajustar a formatação dos mesmos para uma leitura mais facilitada.

Relativamente às contas, é com preocupação que verifico que o resultado líquido do exercício é negativo em mais de meio milhão de euros, e se o compararmos com o resultado positivo do ano anterior que atingiu valor superior a 48 mil euros, verificamos que no ano de 2022 os resultados diminuíram 583.091,57€.

Dos documentos de suporte à prestação de contas no capítulo X, saliento os seguintes:

Contratação administrativa – situação dos contratos – embora conste toda a informação, é de difícil leitura devido ao formato. Pude, contudo, em formato digital aumentar o tamanho por forma a perceber que no município com a dimensão de Murça, onde existem 103 funcionários no quadro, estão enumerados neste quadro 39 contratos de avença. Gostaria de saber se nesta data se mantêm em vigor?

Contratação administrativa – adjudicação por tipo de procedimento – verifica-se que dos 6.781.492,29€ inscritos, metade da verba foi gasta por ajuste direto.

Transferência e Subsídios Concedidos – gostaria de um esclarecimento, se o tipo de subsídios ou transferências que constam neste mapa se referem por exemplo, à comparticipação nos medicamentos, o pagamento dos vales de 20€ ao comércio local, uma vez que constam do mesmo, nomes de pessoas singulares?

Como explica o facto de existir despesa paga sem que a mesma esteja autorizada?

Como é que o município transfere apoios para o próprio município de Murça? Pág 2

Caracterização da Entidade – mostra-se desatualizada, visto que no ponto 5.1 consta o nome o Sr. Raul António Ribeiro Luís, vereador do mandato anterior e não consta o vereador Joaquim Pinto.

Relativamente ao Certificado Legal de Contas, Relatório Anual de Conclusões e Recomendações de Auditoria e o Relatório e Parecer do Revisor Oficial de Contas, os documentos constam com a data incompleta.

No relatório anual, preocupa-me os pontos 6.2 e 6.3, a saber inventario patrimonial não conforme, rubrica sobrevalorizada e outra subvalorizada relativamente à Zona Industrial, a existência de diversos imoveis propriedade do Município sem seguro, desconhecendo-se quais.

Gostaria que me esclarecesse relativamente ao ponto 6.5 quais são os arruamentos de Porrais que foram considerados e qual a verba contemplada?

Relativamente aos pontos 6.8, 6.9, 6.13 e 6.16, gostaria de saber se já foram levadas a cabo as recomendações?

Dado as reservas apresentadas na Certificação Legal das Contas por parte do Revisor, a bancada parlamentar do PS abstém-se na votação das mesmas."

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, sobre esta matéria, reitera os parabéns atribuídos aos técnicos que desenvolveram o trabalho e transfere as questões colocadas para os mesmos, solicitando ao técnico superior da autarquia Dr. Victor Teixeira que prestasse o devido esclarecimento.

- O Técnico Superior da Autarquia, Victor Teixeira, respondeu que são menos avenças e que, neste momento, são 33. Relativamente às questões colocadas, disse que no Mapa Transferências e Subsídios Concedidos constam, efetivamente, as verbas dos vales de 20€ atribuídos e a participação nos medicamentos, daí aparecerem todos os nomes aos quais foram atribuídos esses apoios. Ainda sobre este mapa e ao facto de existir despesa paga sem que a mesma esteja autorizada, respondeu que será uma data da aplicação que poderá não ter sido assumida e a aplicação não a tenha considerado e os mapas não conterem toda a informação. Contudo, todos os procedimentos seguem a mesma tramitação, ou seja, a cabimentação, o compromisso, a fatura e posteriormente o pagamento. Efetivamente, estes mapas são imensos, estão pré-definidos pela aplicação, não é possível ajustá-los e mesmo para eles é difícil a olho nu conseguir percebê-los. Admite que, cada vez mais, não são para ser impressos, mas para os utilizarmos digitalmente. Disse que, irá verificar se é mesmo um lapso e ao que se deve essa situação.

- A deputada do PS, Paula Catarino, referiu que, na segunda página do mapa Transferências e Subsídios Concedidos, diz que o Município transfere para o município?

- O Técnico Superior da Autarquia, Victor Teixeira, esclareceu que, no tipo de despesa pode verificar que na linha Município de Murça refere Programas Ocupacionais e isto são os Programas

dos CEI e CEI+ do IEF, que são pagos através do fornecedor Município de Murça apenas por uma questão processual. Não pagam beneficiário a beneficiário, mas sim através do contribuinte do Município de Murça. Quanto à Certificação Legal de Contas no Relatório, disse que, existe de facto um lapso na questão da inventariação dos lotes da Zona Industrial e que vai ser alvo de uma correção, ou seja, passar de ativo tangível, digamos imobilizado e passá-lo para inventários disponíveis para venda. Este processo tem-se arrastado ao longo dos anos pelo facto de terem havido várias intervenções e que por vezes torna difícil o trabalho de regularização desses mesmos lotes. Relativamente ao seguro dos imóveis, respondeu que sim, que poderá ter sido detetado algum imóvel que talvez por não estar a ser utilizado com tanta frequência, não ter sido feito algum seguro para o mesmo e enquadrado nos seguros dos imóveis do Município, referindo que também é uma situação que terá de ser vista e corrigida.

- A deputada do PS, Paula Catarino, questionou quais foram os arruamentos em Porrais que foram considerados e qual a verba considerada e ainda, relativamente às recomendações do 6.8, 6.9, 6.13 e 6.16 se já foram levadas a cabo.

- O Técnico Superior da Autarquia, Victor Teixeira, relativamente aos arruamentos, disse que não tem especificamente essa informação e que é do foro das Obras Municipais.

- A deputada do PS, Paula Catarino, questionou se não será a obra do cemitério feita em 2021 e que terá sido paga apenas em 2022.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, respondeu que sim.

- O Técnico Superior da Autarquia, Victor Teixeira, relativamente às recomendações referidas, respondeu que serão alvo de análise e correção na medida e celeridade possível. Mais disse que, com o devido tempo almejamos que todas estas notas vão desaparecendo.

Ausentou-se a deputada do PSD, Sónia Pinto

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, referiu o seguinte:

“No Relatório e Contas referente ao ano 2022, que estamos a apreciar, as taxas de execução orçamental da receita e da despesa que apresentaram valores elevados, que evidencia o rigor na previsão face aos valores efetivamente arrecadados e pagos.

No resultado orçamental de 2022 verificamos uma poupança corrente, no momento de 850 mil euros, utilizada para cobrir parte da despesa de capital paga. As receitas continuam substantivamente a apresentar um valor superior ao das despesas, o que nos permite afirmar que continuamos em presença de excedente orçamental.

Apesar da evolução da execução orçamental em relação aos períodos anteriores, o Município de Murça encerrou o 2022, de forma que dificilmente se pode perceber, com um resultado líquido negativo de 534 mil euros. Indicador que resulta da inadequação do sistema contabilístico empresarial de forma tão direta às autarquias.

Este resultado foi influenciado, por várias situações, não deixando de ter em conta o valor significativamente positivo dos Resultados Operacionais, temos um valor de depreciações, esmagadoramente associadas a ativos não geradores de proveitos de forma direta (rede viária, parque escolar, edifícios municipais, parques e jardins), que representaram um valor de 1 milhão 165 mil euros.

O aumento do valor de FSE em 695 mil euros também influenciaram significativamente o resultado líquido, designadamente:

- Subsídio à exploração de 348 mil euros, à empresa que gere o fornecimento de água e saneamento, para a redução nas tarifas fixas, que permitem uma faturação igual à que existia antes da entrada do Município de Murça na AdIN. Este subsídio de apoio aos munícipes deveria ter sido lançado em Capital Próprio, correção que vamos efetuar nos períodos seguintes;
- Despesas pagas no valor de 100 mil euros, ainda não reembolsadas pelo estado, do grande incêndio de julho, referente a toda a logística (combustíveis e alimentação);
- O retorno da atividade do Município em pleno no após-pandemia e o aumento dos preços dos combustíveis e lubrificantes, gás e eletricidade implicaram um aumento de 193 mil euros, pelo mesmo motivo o aumento das rendas e alugueres no valor de 63 mil euros;
- O aumento de 212 mil euros na rubrica honorários, nos estudos estratégicos para o Concelho de Murça, que deveriam ser considerados investimentos de capital. Designadamente, à revisão do plano diretor municipal de Murça, ao estudo de avaliação do potencial hídrico e hidrográfico do Concelho de Murça, à elaboração do projeto de execução do centro de atividade e capacitação para a inclusão, à elaboração da estratégia local de habitação do Município de Murça, à execução do sistema de informação cadastral simplificado do Concelho de Murça e à elaboração do plano de competitividade e desenvolvimento 2030.

No entanto, devemos realçar que, mesmo com a incorporação do resultado líquido alcançado, verificamos um aumento do património líquido do Município de Murça em 778 mil.

Os indicadores do balanço permitem verificar que o Município aumentou a sua autonomia financeira e melhorou os rácios de liquidez.

Em relação ao passivo, o Município de Murça fechou o ano com uma diminuição, em relação ao ano anterior, de 917 mil euros (-19,05%).

Constatamos também que a operação do Município está equilibrada, gerando um resultado positivo de 600 mil euros, ou seja gera liquidez para cumprir as suas obrigações em matéria de dívidas e para financiar os custos operacionais."

Votação:	
<i>Votantes</i>	19
<i>Abstenção</i>	06
<i>Contra</i>	00
<i>A Favor</i>	13

Deliberação: aprovado por maioria

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se:

Declaração de Voto:

_____//_____

Período de Intervenção do Público

Não houve intervenções

_____//_____

APROVAÇÃO EM MINUTA

(Art. 44º do Regimento)

3 – Proposta 17/GAP/2023 – União das Freguesias de Noura e Palheiros. Comparticipação em Investimentos;

(Alínea j), do nº 1, do artigo 25º, do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro)

4 – Proposta 22/GAP/2023 – Estratégia Local de Habitação do Município de Murça. Programa 1º Direito;
(ao abrigo do disposto nas alíneas h) e i) do nº 2 do artigo 23º e na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, bem como, de forma conjugada, com o estabelecido pelo artigo 30º do Decreto-Lei nº 37/2018, de 4 de junho na sua atual redação, e ainda, com o nº 1 do artigo 2º da Portaria nº 230/2018, de 17 de agosto)

5 – Relatório do auditor externo sobre a informação financeira do 2º semestre de 2022;

(nos termos do art.º 77, nº 2, alínea d) da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro)

6 – Prestação de Contas do ano 2022.

(ao abrigo da alínea l) do nº 2 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

Votação:

Votantes 19

Abstenção 00

Contra 00

A Favor 19

Deliberação: aprovado por unanimidade

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se:

Declaração de Voto:

//

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

(Alínea c) do nº2 do artº 9º do Regimento)

- O Presidente da Assembleia Municipal, António Augusto Ribeiro, deu por encerrados os trabalhos da sessão, agradecendo a colaboração e a presença de todos.

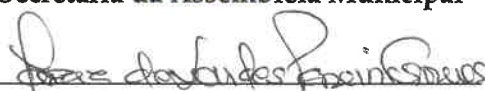
Os trabalhos encerraram às 18:45 horas da qual se lavrou a presente Ata, que depois de aprovada, vai ser assinada pelo Presidente e pela 1ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal.

O Presidente da Assembleia Municipal



(António Augusto Ribeiro)

A 1ª Secretária da Assembleia Municipal



(Maria de Lurdes Pereira Gomes)